PROCESSO CEE N° 1.257/72
INTERESSADA: MARIA SÍLVIA LEME DE SOUZA
ASSUNTO: Consulta relativa ao Parecer CEE n° 0782/72
RELATOR:- Conselheiro OSWALDO FRÓES
PARECER CEE N° 723/77-CESG-APROVADO EM 24 / 08 / 77

I - RELATÓRIO

1.- HISTÓRICO

Maria Sílvia Leme de Souza, mediante voto do Conselheiro Antônio Delorenzo Neto, obteve parecer favorável ao seu pedido de equivalência de curso de 2º grau, conforme voto proferido no Processo CEE n° 1.257/72, aprovado em 19 de junho de 1.972, com o número 0782/72.

Com a documentação escolar em ordem, face a equivalência de estudos reconhecida por este Conselho, cursou a Faculdade de Turismo do Morumbi, em São Paulo, tendo colado grau em dezembro de 1.974.

Encontrando dificuldade na obtenção do diploma a que fez jus, recorre a este Conselho, alegando que "a Faculdade se vê impedida de expedi-lo" (diploma), porque a inspeção da unidade declara carecer de maior clareza o Parecer CEE n° 0782/72 em que é reconhecida a equivalência de estudos.

Solicita então "revisão do Parecer CEE n° 0782/72, sendo proferida nova decisão, desta feita com maior clareza, ficando deste modo atendida a determinação do digno Inspetor Federal, e sem a qual não poderá a requerente obter o diploma do curso superior a que tem direito".

2.- APRECIAÇÃO:

Nada há a acrescentar ao Parecer do eminente Conselheiro Antônio Delorenzo Neto, aprovado na sessão plenária de 19 de junho de 1.972, com a conclusão publicada no Diário Oficial de 21 de junho de 1.972, e que diz:

"Maria Sílvia Leme de Souza cursou com aprovação o antigo curso colegial até o 1º semestre da 3ª série no Brasil, e depois indo para os Estados Unidos cursou com excelentes resultados, na High School no "Ipsilanti High School, o "Grade" 12. Nada a opor que se conceda a

equivalência requerida dos estudos realizados, nos Estados Unidos, aos do 2º grau de nosso sistema".

Tal orientação foi confirmada pelo Parecer CEE n° 3.467/75, respondendo à indagação do Exmo. Senhor Ministro da Educação e Cultura, afirma que "para prosseguimento de estudos em nível superior, basta que o interessado prove ter concluído estudos de 2º grau ou curso equivalente. Caso o curso tenha sido completado no exterior e haja documento legal comprovando sua conclusão, não cabe contestação do documento.

(...) O certificado de conclusão de curso médio feito no exterior e apresentado pelo candidato, desde que cumpridas as formalidades consulares, terá de ser havido por bom".

O parecer CEE n° 056/77, da Comissão de Legislação e Normas, concluiu que o Parecer CEE n° 3.467/75 representa interpretação da norma federal cogente.

II - CONCLUSÃO

Sendo competência deste Conselho a apreciação de equivalência de estudos realizados, no exterior, aos do sistema brasileiro de ensino, nada há a acrescentar ao Parecer CEE n° 0782/72, em que foi reconhecida a conclusão de 2º grau de Maria Sílvia Leme de Souza, para fins de continuidade de estudos.

CESG, em 03 de julho de 1.977

a) Conselheiro OSWALDO FRÓES- Relator

III - DECISÃO DA CÂMARA

A CÂMARA DO ENSINO DO SEGUNDO GRAU adota como seu parecer o voto do Relator.

Presentes os nobres Conselheiros: GILBERTO WAAK BUENO, HILÁRIO TORLONI, JAIR DE MORAES NEVES, JOSÉ AUGUSTO DIAS, LIONEL CORBEIL, MARIA APARECIDA TAMASO GARCIA E OSWALDO FRÓES.

Sala da CESG, em 10 de julho de 1.977

a) Conselheiro HILÁRIO TORLONI - Presidente

IV - DELIBERAÇÃO DO PLENÁRIO

O CONSELHO ESTADUAL, DE EDUCAÇÃO aprova, por unanimidade, a decisão da Câmara do Ensino do Segundo Grau, nos termos do Voto do Relator.

Sala "Carlos Pasquale", em 24 de agosto de 1.977.

a) Consº MOACYR EXPEDITO M. VAZ GUIMARÃES - Presidente